



# Câmara Municipal de Andradas

## MINAS GERAIS

### EMENDA Nº3 AO PROJETO DE LEI ORDINARIA Nº 12/2025

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do Projeto de Lei nº 12/2025, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026”:

“Art. 5º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, discriminando os recursos próprios e as transferências constitucionais e com vinculação econômica;

III - anexos dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa dos órgãos indiretos;

IV - orçamento de investimento das empresas não dependentes, contendo a programação de investimentos de cada de obras de manutenção, de equipamentos e de material permanente da administração pública municipal;

V - demonstrativo com as seguintes informações sobre cada uma das operações de crédito que constarem da receita orçamentária estimada:

a) operação de crédito contratada, com número da lei que autorizou o empréstimo, órgão financiador, número do contrato, data de assinatura, valor contratado total, valor estimado para o exercício de 2026 e valor de contrapartidas detalhado por fonte de recursos;

b) operação de crédito não contratada, com número da lei que autorizou o empréstimo, órgão financiador, valor estimado para o exercício de 2026 e valor de contrapartidas detalhado por fonte de recursos;

Câmara Municipal de Andradas  
Protocolizado

Sob n.º 754

20 MAI 2025

Encarregado



# *Câmara Municipal de Andradas*

## MINAS GERAIS

VI - discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômica e financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade;

VII - relatório consolidado de metas físicas e financeiras dos programas municipais, devendo apresentar a discriminação da despesa até o elemento de despesa;

VIII - relatório da alocação de recursos por área de resultado e de maneira regionalizada;

IX - plano de aplicação dos fundos municipais;

X - tabelas explicativas, mensagem circunstanciada e quadros orçamentários determinados pela Lei Federal nº 4.320/64 e pela Lei Complementar Federal nº 101/00, além de demonstrativo de despesa com pessoal, demonstrativo de aplicação de recursos públicos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, no financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde, no financiamento do Poder Legislativo municipal, demonstrativo do Orçamento da Criança e do Adolescente, do Orçamento da Pessoa Idosa e do Orçamento da Pessoa com Deficiência;

XI - demonstrativo consolidado do serviço da dívida para 2026, acompanhado da memória de cálculo das estimativas das despesas com amortização, juros e encargos e de quadro detalhado que evidencie, para cada operação de crédito, a natureza da dívida, o respectivo credor, o saldo devedor e as respectivas projeções de pagamento de amortizações e encargos, bem como as taxas de juros pactuadas;

XII - demonstrativo dos programas financiados com recursos da União, identificando a receita prevista e a realizada no exercício de 2025 e a receita prevista para o exercício de 2026;



# *Câmara Municipal de Andradas*

## MINAS GERAIS

XIII - demonstrativo do efeito sobre a receita e a despesa decorrente de isenção, anistia, transação, remissão, subsídio e benefício de natureza financeira, tributária e creditícia;

XIV - demonstrativo regionalizado do montante e da natureza dos investimentos em obras previstos para 2026, especificados por região administrativa, no qual constará o estágio em que as obras se encontram.

§ 1º Os demonstrativos de aplicação de recursos públicos da Lei Orçamentária apresentarão a despesa discriminada por função, subfunção, programa, ação, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, elemento de despesa e modalidade de aplicação.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária, seus anexos e suas alterações serão disponibilizados em meio eletrônico, inclusive em banco de dados, quando for o caso.”.

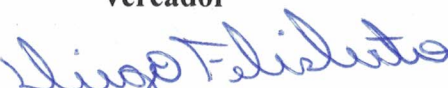
Câmara Municipal de Andradas, Estado de Minas Gerais, aos 19 do mês de maio de 2025.


  
**Ademir dos Santos Peres**  
Vereador

**Carlos Roberto da Silva**  
Vereador

  
**Valeria de Lima Souza**  
Vereador

  
**Luiz Gustavo Gonçalves Xavier**  
vereador

  
**Diego Felisberto dos Reis**  
vereador

  
**Antônio Carlos de Lima**  
vereador





# *Câmara Municipal de Andradas*

MINAS GERAIS

## **JUSTIFICATIVA AO EMENDA Nº3 AO PROJETO DE LEI ORDINARIA**

**Nº 12/2025**

A presente Emenda tem por objetivo o aperfeiçoamento do art. 5º do Projeto de Lei nº 12/2025, visando garantir maior transparência, detalhamento técnico e efetividade na elaboração e fiscalização da proposta orçamentária anual do Município de Andradas, em estrita consonância com os princípios constitucionais da publicidade, eficiência, economicidade e planejamento, previstos no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Ao exigir a apresentação de quadros orçamentários mais abrangentes e discriminados por categoria econômica, programas, áreas de resultado e fontes de recursos, bem como a inclusão de demonstrativos específicos — como o detalhamento das operações de crédito autorizadas ou previstas, o plano de aplicação dos fundos municipais, a projeção do serviço da dívida consolidada e o orçamento das políticas sociais e temáticas (Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência) — a proposição legislativa busca garantir maior clareza ao processo de alocação de recursos públicos.

Vale lembrar que o Detalhamento das Despesas Orçamentárias deve ser divulgado por elemento de despesa. O elemento de despesa faz parte da Classificação Econômica da despesa e corresponde ao objeto de gasto. Ou seja, trata-se da informação que caracteriza de fato o entendimento sobre o tipo de gasto realizado. Ora, se o Detalhamento do Orçamento avança até o elemento de despesa, a Prefeitura não teria nenhuma dificuldade técnica para contemplar em sua prestação de contas a execução do orçamento até o referido nível. A emenda se faz necessária para ampliar a transparência e a compreensão do objeto dos gastos realizados pelo Executivo.

A obrigatoriedade de apresentação de relatórios de metas físicas e financeiras, de modo regionalizado e setorial, permitirá ao Poder Legislativo e à sociedade civil um melhor acompanhamento da efetividade da política pública, contribuindo para o controle social e a avaliação da execução orçamentária, conforme previsto nos arts. 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



# *Câmara Municipal de Andradas*

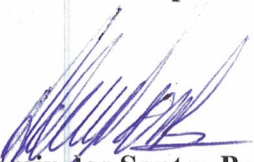
## MINAS GERAIS

Ademais, ao prever a disponibilização dos anexos e dados da proposta orçamentária em meio eletrônico, inclusive em base de dados abertos, a Emenda visa atender às recomendações de órgãos de controle e às melhores práticas de governança e transparência ativa, em consonância com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Por fim, cabe destacar que tal detalhamento é compatível com o disposto nos arts. 2º e 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e deve ser interpretado como um reforço técnico-normativo, e não como limitação às prerrogativas do Poder Executivo na elaboração do projeto de lei orçamentária anual.


Assim, a aprovação desta Emenda representa um avanço institucional em prol da boa governança fiscal, da efetividade das políticas públicas e do fortalecimento do papel fiscalizador do Poder Legislativo Municipal

**Câmara Municipal de Andradas, Estado de Minas Gerais, aos 19 do mês de maio de 2025.**



**Ademir dos Santos Peres**

**Vereador**



**Luiz Gustavo Gonçalves Xavier**

**vereador**

**Carlos Roberto da Silva**

**Vereador**




**Diego Felisberto dos Reis**

**vereador**



**Valeria de Lima Sousa**

**Vereador**



**Antonio Carlos de Lima**

**vereador**